



Farmacêuticos fiscais de todo o País foram ao Encontro Nacional, em Brasília

Fiscais querem se atualizar

Reunidos no Encontro Nacional, farmacêuticos fiscais de todo o País cobraram atualização, para enfrentar as rápidas mudanças sofridas pela atividade profissional. Eles afirmaram que número de fiscais é pouco e pediram ainda que Conselhos Regionais reforcem os seus quadros, contratando novos profissionais

As rápidas transformações sofridas pela atividade farmacêutica, em todos os seus segmentos, resultado do natural processo de evolução que atinge o setor, exigem do farmacêutico fiscal uma permanente atualização dos seus conhecimentos. Esta foi uma das observações feitas, durante o “Encontro Nacional de Fiscalização 2001”, realizado pelo Conselho Federal de Farmácia, em Brasília, de 26 a 28 de setembro de 2001. Fiscais de todos os Conselhos Regionais de Farmácia participaram do evento, que teve como tema central *A capacitação do farmacêutico fiscal*.

A atualização é algo imperativo para o bom desempenho do fiscal. Afinal, ele lida, diariamente, com as mais diversas situações da ética profissional e nos mais diferentes segmentos da profissão. Um farmacêutico fiscal pode, por exemplo, acabar de fiscalizar a atuação profissional em um laboratório de análises clínicas e, minutos depois, estar fazendo o mesmo em uma grande indústria farmacêutica, para, daí, dirigir-se a uma farmácia hospitalar e, em seguida, a uma farmácia homeopática. “Isso exige do fiscal uma diversidade de conhecimentos técnico-científicos acima do comum”, explica o presidente da Comissão de Fiscalização do Conselho Federal de Farmácia, Carlos Roberto Merlin.

Merlin observa que a Farmácia é uma atividade excepcionalmente dinâmica e, por conseguinte, em constante processo de mudança, o que faz com que a indústria farmacêutica de hoje pouco se pareça com a de dez anos atrás. Mudaram, substancialmente, e com igual ritmo, as análises clíni-

cas, a atenção farmacêutica, bem como os outros segmentos, explica Merlin. “O fiscal não pode viver à margem dessas transformações, sob pena de ficar para trás, deixando de conhecer a essência daquilo que ele está fiscalizando”, conclui o presidente da Comissão de Fiscalização.

Cursos - Diante dessas constatações, os fiscais participantes do Encontro propuseram ao CFF e aos CRFs que realizem cursos de atualização nas áreas de análises clínicas, indústria farmacêutica, farmácia hospitalar e atenção farmacêutica. Proposta nesse sentido foi aprovada para unanimidade pelos participantes do Encontro. A Comissão de Fiscalização tem 60 dias, a partir do encerramento do evento, para elaborar o programa dos cursos. Eles serão realizados, em todas as regiões do País.

Outra proposta aprovada é a uniformização dos procedimentos relacionados ao auto de infração à distância. A farmacêutica Maria Cristina Ferreira Rodrigues (RJ), integrante da Comissão de Fiscalização, lembra que o auto à distância é previsto em Resolução do CFF, de 1993. Se o fiscal já foi ao estabelecimento e o autuou, *in loco*, por irregularidade (por não possuir o farmacêutico responsável técnico), então, em

caso de reincidência, não há necessidade de o fiscal retornar à firma, para apresentá-lo um novo auto de infração, bastando apenas que ele verifique, no próprio Conselho Regional, se o estabelecimento já se regularizou. Os computadores dos CRFs têm esses dados, explica a farmacêutica. “O que nós pedimos é que todos os Conselhos realizem o auto à distância, pois ele agiliza as ações fiscalizadoras”, salienta Maria Cristina.

Durante o Encontro de Fiscalização, reclamou-se do fato de as Comissões de Ética não estarem implantadas em todos os CRFs. As Comissões de Ética são importantes, vez que funcionam como um fórum de discussões dos casos de faltas éticas cometidas pelos responsáveis técnicos. Os processos éticos formados pela Comissão são encaminhados ao Plenário dos CRFs para votação.

Poucos fiscais – Mas um dos apelos mais gritantes dos participantes do Encontro foi em favor do aumento do número de fiscais nos CRFs. Eles disseram que são poucos, o que compromete o ato fiscalizador, à medida em que a meta de fiscalizar 100% dos estabelecimentos, ao ano, não é cumprida por grande parte dos Conselhos Regionais. Há CRFs que atingiram um patamar desejável na fiscalização, a ponto de os seus fiscais inspecionarem os estabeleci-

mentos mais de uma vez. “Eles devem ser seguidos como exemplos”, diz Carlos Roberto Merlin. O presidente da Comissão informa que o ideal seria que todos os estabelecimentos de um Estado fossem fiscalizados, no mínimo, três vezes, ao ano, o que daria um parâmetro mais completo da assistência farmacêutica, no País.

Estudo – Todos

esses dados que compunham uma radiografia geral da situação da fiscalização, no Brasil, já haviam sido levantados pelo farmacêutico Valmir de Santi, da Comissão de Fiscalização, através de um minucioso estudo que realizou. De Santi analisou os RAFs (Relatórios de Atividade Fiscal) de todo o País para chegar a um resultado. O estudo revela que muitos Regionais terão que melhorar a sua fiscalização.

O “Encontro Nacional de Fiscalização 2001” foi organizado pela Comissão de Fiscalização do CFF. A Comissão é integrada por Carlos Roberto Merlin (Santa Catarina) - presidente, Maria Cristina Ferreira Rodrigues (Rio de Janeiro), Valmir de Santi (Paraná), Ronaldo Costa (Piauí) e Clóvis Lorena Cavalcanti Pedrosa (Alagoas).



Comissão de Fiscalização: Valmir de Santi (PR), Carlos Roberto Merlin (SC), presidente; Ronaldo Costa (PI), Maria Cristina Ferreira Rodrigues (RJ) e Clóvis Lorena Cavalcanti Pedrosa (AL)